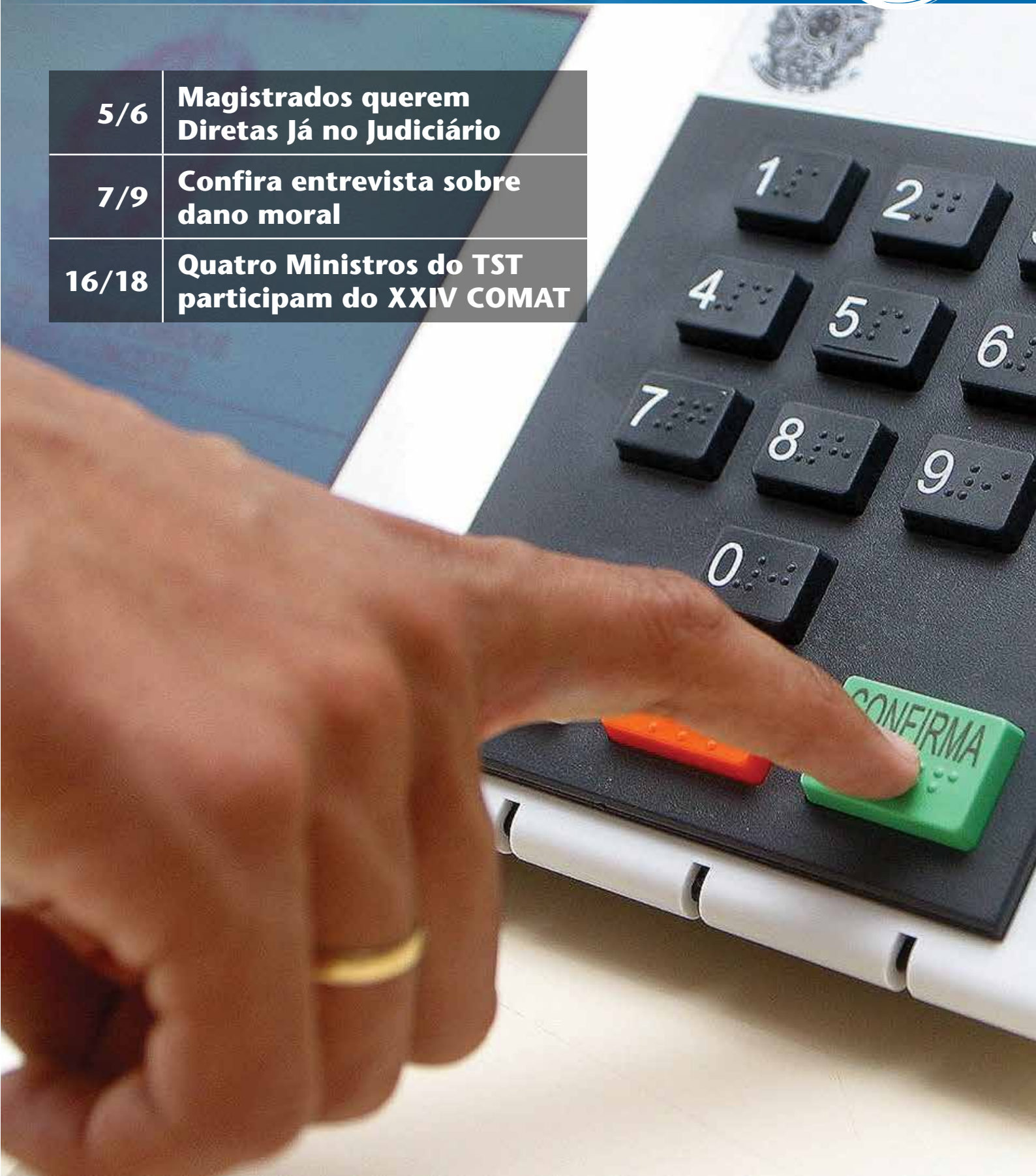
Ano III • Outubro 2014

Revista

Amatra 5
Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - BA

5/6	Magistrados querem Diretas Já no Judiciário
7/9	Confira entrevista sobre dano moral
16/18	Quatro Ministros do TST participam do XXIV COMAT



CURSO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO COM PREPARATÓRIO PARA MAGISTRATURA DO TRABALHO

05/07/2014 a 27/06/2015

CORPO DOCENTE

Agenor Calazans / Ana Carolina Mascarenhas / Ana Paola Diniz / Andrea Presas
Angélica Mello / Danilo Gaspar / Graça Varela / Guilherme Ludwig / Ivo Daniel
Luciano Figueiredo / Luciano Martinez / Marília Sacramento / Matheus Carvalho
Pedro Lino / Rafael Barreto / Rafael Menezes / Rodolfo Pamplona
Rosângela Lacerda / Sabrina Dourado / Silvia Isabelle / Thaís Mendonça

LOCAL

Colégio Análise
Edf. Empire Center, Av. ACM
(em frente ao Shopping Iguatemi)

O CURSO

Metodologia: Aula Presencial.
Horário: Sábados de 8h às 12h
e de 13h às 17h
Carga Horária: 360h/aula + 2 meses
para entrega de monografia

CONTATO

Inscrições e Informações
(71) 3326-4878/8845-7898
escola@amatra5.org.br

Realização

Ematra 5

UNIGRAD
Pós-graduação e Extensão

facebook.com/ematra.bahia
facebook.com/amatra5

Revista Amatra5 é uma publicação semestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - Amatra5

DIRETORIA
Presidente: **ANDRÉA PRESAS ROCHA;** Vice-presidente: **GEORGE SANTOS ALMEIDA;** Diretora-secretária: **MARÍLIA SACRAMENTO;** Diretor Tesoureiro: **RENATO MÁRIO BORGES SIMÕES;** Diretora Cultural: **SILVIA ISABELLE RIBEIRO TEIXEIRA DO VALE;** Diretora Social, Esporte e Lazer: **LIGIA MELLO ARAÚJO OLIVIERI;** Diretor de Prerrogativas: **RAFAEL MENEZES SANTOS PEREIRA;** Diretora de Comunicação: **DOROTÉIA SILVA DE AZEVEDO MOTA;** Diretor de Aposentados e Pensionistas: **HET JONES RIOS:** Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: **MANUELA HERMES DE LIMA;** Diretora de Assuntos Legislativos: **RENATA SAMPAIO GAUDENZI**

CONSELHO DE ÉTICA
Titulares: **DÉBORA MARIA LIMA MACHADO, CECÍLIA PONTES BARRETO MAGALHÃES E JOSÉ ARNALDO OLIVEIRA;** Suplentes: **JEFERSON ALVES SILVA MURICY, ADRIANA MANTA DA SILVA E MIRELLA MENDES GRASSI MUNIZ**

CONSELHO FISCAL
Titulares: **DALILA NASCIMENTO ANDRADE, IONE LAGO SANTANA E RODOLFO MARIO VEIGA PAMPLONA FILHO;**
Suplentes: **MARCOS OLIVEIRA GURGEL, REBECA AGUIAR PIRES ACCIOLY E SULAMITA LACERDA ALEODIM**

COMUNICAÇÃO
Assessor de Comunicação: **ADELMO BORGES;** Projeto e Editoração Gráfica: **AUTOR VISUAL DESIGN GRÁFICO**; Fotos: **AMATRA5**; Gráfica: **GRASB**; Tiragem: **1.000 EXEMPLARES**

Endereço para correspondência: **AMATRA5**
Rua Miguel Calmon, nº 285, Ed. Góes Calmon, 11º andar, Comércio - CEP 40.015-901;
Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3326-4878 / 3284-6970
Fax: (71) 3242-0573

e-mail: **secretaria@amatra5.org.br**

Esta publicação está disponível em PDF no site da Amatra 5: **www.amatra5.org.br**

Amatra5
Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - BA

As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Amatra5 e do conjunto de seus associados.

Democracia na Justiça

Esta edição da Revista da AMATRA5 traz como destaque a defesa que vem sendo empreendida por magistrados de todo o Brasil por democracia interna nos Tribunais, de molde a se permitir que também os magistrados de primeiro grau possam eleger os seus dirigentes. Uma das reportagens desta publicação mostra um pouco desse grandioso movimento durante o Colóquio das Diretas Já, promovido pela Amatra5 em parceria com outras associações de magistrados (ANAMATRA, AMB, AMAB e AJUFE), que contou com a presença de magistrados, parlamentares, membros do Ministério Público, advogados e candidatos às eleições de outubro.

Outra reportagem traz detalhes do XXIV Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia (COMAT), que este ano teve a participação de quatro Ministros do TST e outros palestrantes de renome nacional. Um dos entrevistados desta edição, que nos honrou com a sua presença no COMAT, o Ministro Alexandre Agra Belmonte, fala sobre dano moral e fixação das indenizações.

Não poderia deixar de ressaltar também os excelentes resultados do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), em Feira de Santana, capitaneado pela Diretora de Comunicação da AMATRA5 e Coordenadora Estadual do TJC, a colega Dorotéia Azevedo. Como se pode observar na reportagem desta edição, o Programa foi um sucesso, levando aos estudantes noções de cidadania e respeito aos direitos humanos.

É importante destacar que nos diversos eventos em que a AMATRA5 esteve envolvida, a Diretoria teve um papel fundamental. Registro aqui minha gratidão aos colegas que têm se empenhado para manter as ações que tradicionalmente fazem parte do calendário de eventos da Associação, como o COMAT, a Festa do Magistrado, o Entardecer Cultural e o Qualidade de Vida.

Por fim, quero registrar meu agradecimento a cada colega magistrado que, mesmo não fazendo parte da diretoria, tem contribuído para o sucesso das diversas ações que vimos desenvolvendo, de que é exemplo o primeiro curso de pós-graduação realizado pela nossa EMATRA5 - Escola da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região, o qual tem no seu corpo docente vários juízes associados, além dos diversos eventos institucionais para os quais a Amatra5 é convidada.

Andréa Presas Rocha
Presidente da Amatra 5

ÍNDICE

Magistrados querem Diretas Já no Judiciário	5
Entrevista exclusiva com Ministro do TST	7
Novidades tecnológicas	11
Desembargadora é empossada	12
Bahia tem 18 teses aprovadas no Conamat	13
Números de acidentes de trabalho preocupam	14
Juíza baiana participa de evento no Uruguai	17
Comat tem a presença de 4 Ministros	18
Dicas culturais	19
Música clássica e poesia no Entardecer Cultural	22
TJC é sucesso em Feira de Santana	24

Fotos: Adelmo Borges

Magistrados querem Diretas Já no Judiciário

Evento na Amatra5 propõe eleições diretas para os órgãos diretivos dos Tribunais

"Este é um dia histórico para a magistratura, em sua busca pela dignidade e democracia". Estas palavras, do presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT5), desembargador **Valtércio de Oliveira**, resumem bem o que foi o Colóquio "Diretas Já para o Poder Judiciário", realizado dia 15 de setembro, na sede da Amatra5, no Fórum do Comércio.

Magistrados, parlamentares, membros do Ministério Público, advogados e candidatos às próximas eleições se revezaram para falar da imperiosa necessidade de democratização interna nos tribunais, além das graves distorções na carreira. O propósito inicial era debater a PEC 15/2012 (Senado) e a PEC 187/2012 (Câmara), que propõem eleições diretas para os órgãos diretivos dos Tribunais, mas as discussões foram mais amplas.

O evento foi aberto pela presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, que deu as boas vindas e introduziu o assunto das PECs que tramitam no Congresso Nacional.

"Só a democracia é capaz de arejar essas estruturas"

Ela lembrou do bom exemplo do TRT4 (Rio Grande do Sul), que, provocado pela Amatra IV, passou a permitir, regimentalmente, que os juízes de primeiro grau sejam consultados nas escolhas do presidente e do vice do Tribunal. Destacou ainda que considera as PECs incompletas, por não permitirem eleições para os cargos de corregedor e não incluírem os magistrados de 1º grau entre os candidatos à Mesa Diretora, apesar de, se aprovadas, representarem verdadeiro avanço.

Depois foi a vez da presidente da Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), juíza **Marielza Brandão**, falar sobre a importância da eleição direta nos Tribunais. "Não podemos conceber que nós, os guardiões da Democracia, não tenhamos democracia interna, não possamos escolher os dirigentes dos Tribunais", disse a magistrada, conclamando os juízes presentes a falarem com os colegas sobre o assunto para aumentar a força do movimento.

A mesma opinião manifestou Rafael Garcia, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, destacando que "democracia nunca é demais" e disse esperar que esses ventos soprem o mais rápido possível para a magistratura.

Já a juíza federal **Cynthia de Araújo Lima Lopes**, delegada da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), destacou que a falta de eleições no Judiciário é injustificável. "Só a democracia é capaz de arejar essas estruturas", pontuou.

Também pediu a palavra o presidente da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas (ABAT), Eliel Teixeira, para apoiar a luta das associações de magistrados, e lembrar que a OAB nacional também não possui eleição direta para os cargos diretivos, e que essa é uma bandeira da abraçada pela advocacia.

Já a candidata ao senado Eliana Calmon enfatizou que a eleição para a presidência dos Tribunais é apenas a ponta do iceberg. Para ela, é preciso mudar todo o sistema Judiciário para que as mudanças comecem a acontecer.

O deputado Antônio Imbassahy também se manifestou, lembrando que os grupos mais organizados é que conseguem ter seus pleitos atendidos pelo Congresso Nacional. Ele disse que não acredita que a Câmara vote algum projeto importante mais este ano devido às eleições. "A organização de vocês é muito importante, pois a transformação tem de acontecer na política", disse.

A juíza Ana Cláudia Scavuzzi, diretora de Eventos da Anamatra, aproveitou a oportunidade para agradecer o apoio que o deputado tem dado aos juízes, atendendo-os sempre que é procurado em Brasília.

Presidente do TRT5 vê ideia como salutar

O presidente do TRT5 disse achar "salutar" a ideia de democracia nos Tribunais, mas acha que tem que haver critérios. Segundo ele, um desembargador recém-empossado, por exemplo, que não conhece como funciona um Tribunal, não deveria poder ser eleito presidente.

O procurador chefe do Ministério Público do Trabalho, Alberto Balazeiro, por sua vez, destacou que a experiência do MPT com a democracia pode servir de exemplo e lembrou que a própria associação nacional dos procuradores é favorável à eleição nos tribunais.

Participaram também do evento a juíza Nartir Dantas Weber, vice-presidente de Interiorização da AMB; o presidente da Associação do Ministério Público da Bahia (AMPEB), Alexandre Soares; e a candidata a deputada e desembargadora aposentada Luislinda Dias Valois, além de diretores da Amatra5.

Foram parceiros no evento junto com a Amatra, a Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE).

A mobilização pelas "Diretas Já no Judiciário" na Amatra5 começou em 2013, com uma oficina de debate com diretores da Anamatra, uma consulta aos associados sobre a eleição, e a entrega, à presidência do TRT5, de requerimento contendo proposta de alteração regimental, estendendo aos juízes de 1º grau o direito ao voto.

Fotos: Antônio Carlos Souto

“Mais de 30% das demandas do TST são por dano moral”

Cabe à Justiça Trabalhista estabelecer critérios objetivos que sirvam de parâmetro para quantificar as condenações por danos morais, mas preservando o poder discricionário do magistrado nas avaliações. Em linhas gerais, esta foi a tese defendida pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alexandre de Souza Agra Belmonte, durante palestra no XXIV Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia (Comat), realizado nos dias 4 e 5 de setembro no Hotel Matiz, em Salvador. O Ministro abordou o tema “Critérios Objetivos de Fixação de Dano Moral” e falou da necessidade de estabelecer parâmetros científicos para auxiliar no estabelecimento das indenizações e motivar as decisões condenatórias. O Ministro é Doutor em Justiça e Sociedade (2004), Mestre em Direito das Relações Sociais (1998) e Especialista em Direito Privado Aprofundado (1987). Graduou-se Bacharel em Direito em 1981, mesmo ano em que iniciou sua carreira de advogado nas áreas cível e trabalhista. Em abril de 1993, após aprovação como 1° colocado no concurso, tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 1° Região. Já em 1994, foi promovido a Juiz Titular. Em março de 2004 foi promovido, por merecimento, a Desembargador e em 16 de julho de 2012 tomou posse como Ministro no TST. Atualmente integra o Órgão Especial, a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais - SBDI-1 e a 3ª Turma. Acompanhe a seguir a entrevista concedida pelo Ministro à Revista da Amatra5.

1 Qual a importância de se quantificar o dano moral?

A quantificação do dano moral é importante porque traz segurança, tanto para quem está julgando como para as partes envolvidas. Me preocupa mais do que a disparidade de valores para uma mesma hipótese a forma genérica de decidir e a falta de demonstração que muitas vezes verifico, quanto aos critérios utilizados. A norma contida no art.944 do Código Civil é uma cláusula geral, que precisa ser integrada por critérios inafastáveis auxiliares dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sob pena da indenização ser fixada com base no "achômetro". O "achômetro" tanto pode levar uma indenização a ser fixada em 20 mil reais ou em 2 milhões de reais. É preciso, portanto, debater sobre isso para que possamos encontrar critérios seguros que sirvam de ponto de partida e do caminho percorrido para quantificar a indenização.

2 A culpa do empregador interfere no julgamento?

No caso do dano moral, a parcela de culpa é muito importante, tanto assim que o legislador faz referência a ela e se faz referência, é porque deseja que seja avaliada. Ainda relativamente ao poder ofensivo, avaliável pelo critério da proporcionalidade, se o empregador deliberadamente não toma as medidas que deveria para evitar acidentes de trabalho ou se não toma as devidas providências quando ele acontece, é lógico que essa conduta influi no valor da indenização a ser fixada. Da mesma forma, a natureza do bem jurídico atingido (vida, integridade física, saúde, honra, intimidade etc) merece avaliação, como merece a intensidade presumida da dor, os efeitos temporários ou definitivos do dano causado, pois um determinado dano pode gerar consequências para o resto da vida. Essa avaliação é feita pelo critério comparativo e é por isso que usamos o critério da proporcionalidade. Uma vez definida essa primeira avaliação, deve o magistrado fazer uma subsequente, com base no critério da razoabilidade. Por equidade, exige que sejam mensuradas as circunstâncias do caso concreto, em relação à resposta compensatória ao ofendido, o porte da empresa, a originalidade ou reincidência. Aqui é que as finalidades compensatória e pedagógica atuarão. Não podemos, por exemplo, fixar uma indenização de um milhão de reais para uma pequena ou microempresa, com pequeno capital social. Isso vai levar a companhia à quebra e acabar com as oportunidades de emprego que ela proporciona. Seria a chamada "mão pesada" do magistrado. É preciso uma indenização que não seja ínfima ou exorbitante para compensar e ao mesmo tempo pedagógica para o ofensor. Adequada, enfim, às circunstâncias do caso.

Expus na palestra uma sugestão de critérios e de como, no meu entender deve o magistrado proceder como roteiro que assegure uma avaliação científica. Esses parâmetros estão no meu livro "A Tutela da Composição dos Danos Morais nas Relações de Trabalho".

3 A reincidência é levada em consideração num julgamento de dano moral?

Sim. Se uma determinada empresa possui vários processos semelhantes de desrespeito ao trabalhador, é claro que esse fato deve ser levado em conta. É sinal de que os valores anteriormente fixados não sensibilizaram o empresário a fazer alterações em sua estrutura organizacional para que os danos não se repetissem. É o caso, por exemplo, das revistas íntimas. Um valor pequeno demais pode estimular o empresário a preferir continuar a fazê-la do que mudar os seus métodos.

O precisamos é concretizar essa norma com elementos seguros para que nós juízes, a título de avaliação, possamos usá-la como roteiro. Portanto, quando falo em critérios objetivos, estou me referindo a isso. Não tem como não avaliar essas questões circunstanciais para se determinar uma indenização por danos morais.

Se um trabalhador cair de um andaime, por exemplo, e a empresa der toda a assistência, inclusive à família, ela não pode ser tratada da mesma forma que a empresa que não teve a mesma preocupação. Não que o dano não deva ser compensado, mas o valor fixado deverá levar em consideração as atitudes tomadas para minimizar os efeitos do dano.

4 Hoje não existem critérios para determinar essas punições?

O que eu defendo é que haja critérios seguros, de forma que seja mantida a liberdade do juiz, mas que permitam à parte e o próprio revisor de uma decisão (um desembargador ou ministro) verificar quais foram efetivamente os critérios utilizados para esse fim.

5 Existe uma tentativa de equalização por região?

Equalização para todo o Brasil é difícil, mas a partir do momento em que for estabelecida uma equalização de critérios, isso vai trazer como consequência valores parecidos. Não serão iguais, mas evitam a disparidade que existe hoje. E equalizar pela média não é a melhor

"O mundo mudou. Os direitos fundamentais precisam ser preservados"

alternativa, porque se fará equalização de indenizações em relação às quais o ponto de partida e o roteiro adotado, não fornecem critérios seguros de avaliação. O salário médio do trabalhador brasileiro é, por exemplo, um ponto de partida. Considerar o salário contratual é injusto, porque, na comparação de um mesmo dano, um diretor receberia uma indenização maior do que a de um subordinado que tem salário inferior. Já o tempo de serviço muitas vezes pode não se revelar o melhor critério: que diferença faz o tempo de serviço diante de um acidente de trabalho? A dor de um é maior do que a de outro porque trabalhou menos tempo? O dano causado é menor por causa disso?

6 O TST recebe muitos processos de dano moral?

Diria que mais de 30% das demandas envolvem dano moral. Isso ocorre porque existe uma mudança de mentalidade da população em relação ao tratamento digno que deve ser dado ao trabalhador. Antigamente o empregador achava que o empregado deveria se submeter da forma que ele achasse mais conveniente ou lucrativo às suas ordens. Mas o mundo mudou. Os direitos fundamentais precisam ser preservados. O trabalhador precisa ser tratado de forma respeitosa em relação aos direitos da personalidade.

7 O que o Sr. acha das indenizações decorrentes das multas irem para o Fundo de Amparo ao Trabalhador?

Não há lei que determine que essas indenizações, no caso dos danos morais coletivos, devam ir para o FAT, pelo que esses recursos podem ser aplicados em outras entidades também. O FAT já tem sua alimentação própria.

8 Além do dano moral, quais os outros casos mais comuns que chegam ao TST?

É bom esclarecer que o TST não é uma instância de reexame de decisão. Ele não se debruça sobre fatos e provas, não analisa a justiça ou injustiça de uma decisão. Um processo vai para o TST apenas quando há violação da lei (ou seja, o juiz decidiu contrariamente à lei ou à Constituição) ou quando há uma divergência de interpretação entre Tribunais Regionais. Nesse caso, o TST vai se pronunciar dizendo qual a decisão é mais acertada. Com relação às causas, recebemos de todo tipo, desde que haja violação da lei ou da Constituição ou divergência jurisprudencial. Entre elas, equiparação salarial, enquadramento em planos de cargos e salários, complementação de aposentadoria, assédio moral, entre outros.

9 Para finalizar, qual a grande dificuldade que os Tribunais têm para aplicar multa por danos morais?

Para mim é a quantificação. É o grande dilema, porque é muito aberto e é preciso encontrar critérios que deem certa uniformidade em relação às indenizações. É preciso ter um ponto de partida seguro. A chegada, que é o valor que vai se encontrar para cada indenização, é outra coisa. Dizer simplesmente que a indenização é devida pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade é muito genérico. Como é que um advogado vai recorrer disso? Como é que o juiz vai saber quais foram efetivamente os critérios para orientar sua decisão? Se for fixar com base no salário, vai ocorrer a seguinte situação: se o empregado ganha pouco, a indenização será muito pequena e se ele ganha muito a indenização será grande. O que é injusto. É preciso uma mudança urgente nesses critérios, para que eles sejam uniformes em todo o Brasil.

> *“Existe uma mudança de mentalidade da população em relação ao tratamento digno que deve ser dado ao trabalhador”*

Saiba como **evitar o vazamento** de dados na nuvem

A gigante Apple nega que o iCloud (sistema de armazenamento de dados na nuvem) tenha sido a causa do roubo de fotos íntimas de centenas de celebridades americanas. Se aconteceu uma vez, pode acontecer novamente e, se há alguma lição a ser tirada disso é que nenhum serviço online é realmente 100% confiável. O modo mais seguro de guardar algo que não deve ser visto por mais ninguém é no armazenamento interno, sem transmitir de modo algum o arquivo pela rede, por mais criptografado que seja o tráfego.

Veja a seguir algumas dicas:

1. Descubra se você está salvando fotos automaticamente na nuvem - Todos os sistemas (iOS, Android e Windows Phone) têm esta opção nativa, mas muitos estão com ela ativada e nem sabem. Usuários do iOS devem acessar a opção de iCloud na área de Ajustes do dispositivo. Lá, entre em Fotos e ajuste a configuração de backup automático, desligando-a.
2. Usuários do Android têm a opção de auto-backup pelo Google+. Para ativar ou desativá-la, basta entrar no aplicativo, em Configurações e entrar em Backup automático. Nesta área, você pode selecionar se prefere o recurso ativado ou desativado.

Pulseira para carregar celular

Enquanto a indústria não conseguiu ainda criar baterias de longa duração para celulares, algumas soluções vão surgindo para quem usa muito o aparelho. A QBracelet, desenvolvida pela Q Designs, garante 60% mais carga para os smartphones. É compatível com iPhone, Android e Windows Phone e traz escondida uma bateria de 1.160 mAh para recarregar a bateria. Pesando 51 gramas, ela tem capacidade para recarregar até 60% da bateria de um iPhone. A ideia foi criar uma peça fashion que também fosse útil, por isso o produto tem versões em cores diferentes. Ela custa US$ 99 e está em período de pré-venda.

Impressora para **smartphone**

A Fujifilm está lançando no Brasil a Instax Share SP-1, impressora portátil que imprime imagens diretamente do smartphone. O aparelho, que chega por R$ 900, atua com Wi-Fi e é compatível também com tablets que rodem iOS ou Android. Para utilizar o dispositivo, basta instalar o aplicativo no celular, que funciona como uma espécie de editor de imagens. O usuário pode escolher efeitos e modelos de edição, inserir data, hora, localização e condições do clima no arquivo. Depois é só selecionar a impressão, que será enviada via Wi-Fi. A foto impressa tem 5x8 cm e pode registrar até 256 níveis por cor (RGB). Para imprimir, o produto utiliza um obturador de cristal líquido e LEDs que controla a luz. A impressora suporta até 10 fotos por vez.

Novo disco rígido armazena **8 terabytes**

A empresa Seagate anunciou o lançamento de um disco rígido de 8 terabytes, o primeiro com tamanha capacidade no mundo. A intenção é acompanhar a tendência de mobilidade, que fez crescer a quantidade de dispositivos usados para criar e consumir dados. O produto da empresa seria parte dessa evolução, pois foi construído mantendo as 3,5 polegadas que são o padrão da indústria, aumentando a densidade de armazenamento nos racks dentro dos servidores.

3. Já no Windows Phone, o backup automático é feito no OneDrive, mas a opção de desligar está dentro da área de Configurações do aplicativo de Fotos.
4. Para quem usa o aplicativo do Dropbox no celular, independente do sistema, pode entrar na área de Configurações para desativar o recurso.
5. Outra dica é fazer a autenticação em dois passos, quando for possível. Isso garante que mesmo que o cibercriminoso tenha sua senha, ele terá que quebrar outra barreira de autenticação quase impenetrável antes de ter acesso aos seus dados. Basta lembrar do token que as pessoas costumam receber do banco para acessar a conta pela internet.
6. Por fim, não aceite solicitações de "reset" de senha se você não solicitou nenhuma e não envie seus dados de acesso por e-mail para ninguém. Se você suspeitar de algo estranho acontecendo em sua conta, acesse o site do serviço e entre em "Esqueceu sua senha?" e inicie o processo para mudá-la o mais rápido possível.

Desembargadora **toma posse**

A Desembargadora Magareth Rodrigues Costa tomou posse no dia 21 de agosto, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia. A concorrida cerimônia de recepção, conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, contou com magistrados, servidores e autoridades, bem como familiares e convidados da mais nova integrante do Tribunal, que ocupa, por merecimento, a vaga reservada a juiz de carreira, em decorrência da aposentadoria da desembargadora Elisa Amado. O Desembargador Renato Simões, Diretor Tesoureiro da Amatra5, falou em nome da Associação. "Trago aqui o mais sincero abraço de seus colegas de profissão, dos seus amigos de ofício, desejando que o sucesso guie os seus passos".

Amatra5 pede o **restabelecimento do ATS**

O Vice-Presidente da Amatra5, juiz George Almeida, e a Diretora de Assuntos Legislativos, juíza Renata Sampaio Gaudenzi, se reuniram, no dia 15 de julho, com os Senadores da República da bancada baiana Lídice da Mata e Walter Pinheiro. O encontro foi para tratar da tramitação da PEC 63, que visa o restabelecimento do ATS (Adicional por Tempo de Serviço), como elemento de valorização da magistratura.

Encontro Institucional debate **"O Ser Juiz"**

O III Encontro Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da Bahia deste ano teve como tema: "O Ser Juiz" e foi realizado de 12 a 15 de agosto, no Hotel Golden Tulip, no Rio Vermelho. O evento, promovido pela Escola Judicial do TRT5 (Ejud), com o apoio da Amatra5, visa promover debates de assuntos relevantes para a magistratura trabalhista, além de propiciar a integração e a aproximação das duas Instâncias do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. O encontro abordou tanto aspectos profissionais, quanto pessoais, físicos e emocionais, a partir da ótica de ciências não jurídicas, como a psicologia, sociologia e filosofia.

Novos juízes do Trabalho são empossados

Uma bonita solenidade, com direito a choro e discursos emocionados, marcou a posse dos 11 novos juízes substitutos na tarde do dia 30 de junho, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5/BA), em Nazaré. A solenidade foi aberta pelo presidente do Tribunal, desembargador Valtércio de Oliveira, que desejou sorte aos novos magistrados e agradeceu a todos os juízes da Casa e servidores que contribuíram para o sucesso do concurso.
A presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, também compôs a mesa alta e lembrou aos novos colegas, em seu discurso, que, passada a fase do concurso, a jornada agora se renova, com muitas responsabilidades pela frente. "O juiz deve ser um indivíduo de seu tempo e precisa ter uma olhar amoroso sobre o outro, tratando sempre as partes com respeito e justiça", destacou a Dra. Andréa Presas. Participaram ainda da mesa alta do evento o procurador-geral do Estado, Rui Moraes Cruz; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho Alberto Balazeiro; o representante do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Luiz Fernando Lima; o conselheiro federal da OAB/BA, advogado José Maurício Vasconcelos; e o comandante da 6ª Região Militar, general Artur Costa Moura.

Magistrados lançam livros

Os juízes Murilo Carvalho Sampaio Oliveira e Rodolfo Pamplona Filho lançaram novos livros no Fórum do Comércio. "Relação de Emprego, Dependência Econômica e Subordinação Jurídica: revistando conceitos" é o título do livro lançado por Dr. Murilo Sampaio, dia 9 de maio. Já Dr. Rodolfo Pamplona lançou, dia 21 de agosto, o livro "Curso de Direito Processual do Trabalho", escrito em conjunto com o advogado e procurador do município de Salvador Tércio Souza.

Bahia tem 18 teses aprovadas no Conamat

A Bahia teve 18 teses aprovadas na Plenária do XVII Conamat (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), que aconteceu em Gramado (RS), de 29 de abril a 2 de maio. Entre as teses aprovadas, 10 são coletivas, aprovadas no Pré-Conamat promovido pela Amatra5 em março.
Para a presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, esse grande número de teses aprovadas mostra o alto nível dos juízes baianos, que estão atentos às principais questões que envolvem a Magistratura Trabalhista.
Participaram, pela Bahia, 40 juízes, que tiveram a oportunidade de presenciar um congresso histórico, pois pela primeira vez foi aberto à sociedade civil.

Números de acidentes

de trabalho preocupam

Estatística com aumento nas ocorrências é apresentada pela Desembargadora Léa Nunes durante Semana de Valorização do Trabalho Doméstico

Doze juízes do Trabalho participaram, no Shopping Piedade, da 5ª Semana de Valorização do Trabalho Doméstico, que debateu, entre outros temas, jornada de trabalho, os novos direitos dos trabalhadores domésticos e assédio moral nas relações de emprego. O evento foi uma promoção da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), com a parceria da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5) e TRT5.

A Desembargadora **Léa Nunes** e a juíza **Manuela Hermes** abriram a participação dos magistrados no evento, dia 23. A Dra. Léa Nunes, gestora regional do projeto Trabalho Seguro do TST, apresentou números preocupantes sobre trabalhadores acidentados no Brasil. Em 2010 mais de 700 mil pessoas sofreram acidentes de trabalho e no ano seguinte esse número passou para 711 mil. Ela destacou que esses números são oficiais da Previdência Social e que outros acidentes devem ter acontecido, mas não comunicados ao órgão do governo federal.

A Dra. Léa Nunes mostrou também esses acidentes envolvem mais os homens (75,3%), com as mulheres representando 24,7%, sendo que a maior incidência se dá entre os 20 e 29 anos. "O empregado não é obrigado a realizar serviços perigosos", destacou a Desembargadora, ao ser questionada, por uma empregada doméstica, se ela tinha obrigação de limpar a janela de um apartamento de andar alto. Dra. Léa Nunes explicou que para realizar um serviço perigoso é obrigatório que o trabalhador use equipamentos de proteção.

> *"O empregado não é obrigado a realizar serviços perigosos"*

Depois foi a vez da juíza Manuela Hermes, diretora de Direitos Humanos da Amatra5, tirar dúvidas sobre questões trabalhistas. Falou da importância da carteira assinada e dos direitos que envolvem essa relação de trabalho.

A empregada doméstica Milca Martins, 44 anos, prestou bastante atenção às palestras e tirou suas dúvidas. Ela tem um perfil típico da maioria das trabalhadoras do segmento, pois começou a trabalhar em casa de família aos 7 anos, teve filho muito nova e hoje já é avó de uma menina de 8 anos. Ela acha importante esse tipo de evento para esclarecer sobre os direitos das trabalhadoras domésticas.

Ela conta que perdeu uma unha do pé ao arrastar uma máquina de lavar. "Acho importante que todo mundo tenha sua carteira assinada, pois estamos sujeitos a acidentes durante o trabalho", afirmou.

Durante o evento foi lançado o estudo Condições e Contradições do Emprego Doméstico na Bahia. Realizado pelo Observatório do Trabalho, em uma parceria entre a Setre e o Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, a publicação traz um diagnóstico sobre as condições de trabalho da categoria. Além disso, foi distribuída a Cartilha Trabalho Doméstico, com informações e orientações sobre direitos e deveres da categoria. Em oito balcões de atendimento, foram oferecidos, gratuitamente, serviços como orientação trabalhista e previdenciária; emissão de carteira de trabalho; inscrição em cursos de qualificação profissional, entre outros.

Participaram ainda como parceiros da iniciativa o Sindicato do Trabalho Doméstico (Sindoméstico); Federação Nacional das Trabalhadores Domésticos (Fenatrad); Shopping Piedade; Previdência Social; Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM); SOS Educação Profissional; Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Fetipa) e Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge).

EVENTO DEMOCRÁTICO

Na opinião da juíza Angélica Ferreira, esse tipo de evento é muito importante para orientar os trabalhadores domésticos. "Fiquei muito satisfeita com a participação do público, que demonstrou muito interesse no tema", disse a juíza. Entre os participantes tinha até uma empregadora, que soube do evento por meio de um programa de rádio e foi tirar suas dúvidas.

A juíza diz que ficou impressionada com o nível de informação dos participantes sobre a emenda de 2013, que regulamenta a profissão. Segundo Dra. Angélica Ferreira a organização do evento também está de parabéns pela iniciativa.

Outro juiz que ficou satisfeito em ter participado foi Dr. Agenor Calazans. Segundo ele, o evento é bem democrático, pois qualquer pessoa que estiver passando pelo Shopping pode participar e interagir com os palestrantes. Ao abordar o tema trabalho infantil doméstico, o juiz diz que buscou conscientizar as pessoas que, durante algum tempo, a formação do indivíduo (educação) e o trabalho são incompatíveis. "O menor empregado hoje provavelmente é um desempregado amanhã, pois vai faltar a ele qualificação para o mercado de trabalho", disse o juiz.

Participaram os seguintes magistrados: Agenor Calazans, Angélica Ferreira, Léa Nunes (desembargadora), Manuela Hermes, Karine Britto, Gilmar Carneiro, Rosemeire Fernandes, Ana Paola Diniz, Murilo Sampaio, Carla Cunha, Maria da Graça Varela e Rafael Menezes.

Magistrado participa de lançamento da Agenda do Trabalho Decente

O juiz do Trabalho Murilo Oliveira, da Vara de Conceição do Coité, participou de duas audiências públicas nos municípios de Serrinha e Valente para o lançamento da Agenda Municipal do Trabalho Decente. A primeira aconteceu em Valente, dia 5, e a outra no dia 6, em Serrinha. Representando o TRT5 e a Amatra5, o juiz destacou, em seu discurso, o compromisso das duas instituições com a promoção da Agenda. Dr. Murilo Oliveira já participou de outras mobilizações parecidas, como a Caravana do Fetipa Itinetrante nos municípios de Boquira, Ibipitanga e Caturama, esclarecendo sobre os malefícios do trabalho infantil, no ano passado. No caso da Agenda do Trabalho Decente é a primeira vez que participa em municípios sob a jurisdição de Conceição do Coité.

Magistrados baianos homenageados **com medalha do Mérito Judiciário do TST**

Dois Magistrados do Trabalho da Bahia foram agraciados com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho 2014, oferecida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A Amatra5 esteve presente à cerimônia, representada pelo vice-presidente George Almeida, que prestigiou o juiz Rodolfo Pamplona e a Desembargadora **Maria Adna Aguiar**. O evento aconteceu no dia 11 de agosto, na sede do TST, em Brasília. O presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, ressaltou que, este ano, a comenda foi atribuída "a um mosaico de pessoas da sociedade que efetivamente trabalharam em prol do Judiciário e do seu crescimento, em defesa de temas que são "bandeiras do TST", como o combate às formas de trabalho degradante e infantil, e em prol do trabalho seguro.

Café Cultural reúne parlamentares

Parlamentares baianos participaram, dia 14 de abril, do 1º Café Cultural do TRT5. O evento, realizado no gabinete da presidência, contou com a presença do presidente Valtércio de Oliveira; da presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas; da diretora de eventos e convênios da Anamatra, juíza Ana Cláudia Scavuzzi e outros juízes e desembargadores. "A ideia do Café Cultural com o encontro institucional no TRT5 tem o objetivo de manter a integração e o bom relacionamento existente entre os Poderes Judiciário e Legislativo", explicou o presidente do TRT5. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) falou da importância dessa interação em busca de recursos e de maior implementação das instâncias jurídicas no estado, "para que cada vez mais a justiça chegue a lugares mais distantes e às pessoas que mais precisam, que são os mais pobres. Esta aproximação ajuda na estruturação da Justiça", destacou. Presentes, ainda, os parlamentares: Nelson Pelegrino, Claudio Cajado, José Carlos Araújo, Alice Portugal e Josias Gomes, além de assessores parlamentares, desembargadores, juízes e procuradores do Trabalho.

Presidente da CEF recebe **Comenda da Justiça do Trabalho**

Três diretores da Amatra5 participaram, dia 12 de setembro, da solenidade de entrega da Comenda Ministro Coqueijo Costa ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda. Realizado no Gabinete da Presidência do TRT5, o evento teve a presença da presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas; do vice, juiz George Almeida; e do diretor tesoureiro, desembargador Renato Simões (foto). Participaram também o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira; e a vice, desembargadora Nélia Neves. A homenagem ao presidente da Caixa se deve à sua atuação como diretor da instituição bancária, que tem agido em parceria com o Tribunal em diversos projetos.

Juíza baiana participa de encontro sobre **trabalho decente no Uruguai**

A juíza Rosemeire Fernandes, Titular de Itapetinga e membro da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), esteve em Maldonado, no Uruguai, participando do IV Encuentro Internacional de La Red de Agendas Sub Nacionales de Trabajo Decente, a convite da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O encontro aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro. A magistrada, que representou o TRT5 no evento, falou sobre a experiência da magistratura trabalhista na Agenda Bahia do Trabalho Decente. Integraram também a delegação baiana a advogada Patrícia Lima, coordenadora da Agenda Bahia e Ailton Araújo, representante dos trabalhadores na Agenda. Além da Bahia, outros estados brasileiros enviaram representantes ao evento. Participam ainda delegações da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

Patrícia Lima, Lais Abramo (diretora do escritório da OIT no Brasil), Rosemeire Fernandes e Ailton Araújo

Juíza recebe o **título de cidadã baiana**

A juíza do Trabalho Adriana Silva Nico, natural de Goiânia, recebeu o título Honorífico de Cidadã Baiana na Assembleia Legislativa. Para o proponente da sessão, deputado Ângelo Coronel (PSD), conceder a cidadania baiana para Adriana Nico é um reconhecimento justo aos serviços prestados ao Estado. "Adriana tem contribuído de forma diferenciada, inovadora e ativa para o desenvolvimento da justiça brasileira, conquistando desde muito jovem, pela sua brilhante trajetória profissional, espaço, respeito e reconhecimento público", afirmou o parlamentar no projeto de resolução que deu origem à homenagem.

Quatro Ministros do TST
participam do XXIV COMAT

Fotos: ***Antônio Carlos Souto***

Um público diversificado e atento, formado por juízes, desembargadores, advogados, estudantes e servidores da Justiça, participou do XXIV Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia (COMAT), realizado nos dias 4 e 5 de setembro, no Hotel Matiz, em Salvador. O evento, que contou com a presença de quatro ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi aberto no dia 4, pela tarde.

Participaram da mesa de abertura o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desembargador Valtércio de Oliveira; a presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas; a diretora cultural da Amatra5 e organizadora do evento, juíza Silvia Teixeira; a diretora de eventos da Anamatra, juíza Ana Cláudia Scavuzzi; a diretora da Escola Judicial, desembargadora Luiza Lomba; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, Alberto Balazeiro; e o presidente da ABAT, Eliel Teixeira.

Após o hino nacional brasileiro, a presidente da Amatra5 destacou a importância dos temas abordados no evento, todos com o objetivo de levar

à reflexão sobre a Justiça do Trabalho que a sociedade precisa. Fez um breve relato sobre as perdas na remuneração que os magistrados vêm tendo nos últimos anos, assim como os cortes, pelo Executivo, no orçamento da Justiça. Tudo isso, segundo ela, causa um desequilíbrio entre os poderes. Lembrou que "não há democracia sem um poder Judiciário forte e independente".

Depois foi a vez do desembargador Valtércio de Oliveira usar a palavra para ressaltar que a sociedade passa por grandes transformações e que a Justiça do Trabalho precisa acompanhar essas mudanças. "Atuamos numa área eminentemente social", disse, acrescentando que na maioria das vezes é o trabalhador desempregado que procura o Judiciário para buscar uma reparação.

O juiz Constitucional

A primeira palestra ficou a cargo do professor e procurador do Ministério Público Federal Daniel Antônio de Moraes Sarmento, que abordou o tema "O Juiz Constitucional". A mesa foi presidida pela juíza Silvia Teixeira. Inicialmente o palestrante fez um apanhado histórico do assunto, ressaltando que os grandes temas nacionais estão chegando aos tribunais e ganhando visibilidade, como a união homoafetiva, as cotas raciais e o número de vereadores que cada município tem direito. "A Constituição está sendo incorporada no dia a dia da Jurisdição do País", disse o professor, reforçando a tese de que a sociedade está cada vez mais próxima da Carta Magna do País. "Hoje as pessoas têm mais consciência de seus direitos do que no passado", afirmou.

Na sequência, o juiz Luciano Martinez presidiu a mesa que teve como palestrante o professor e advogado paulista Estevão Mallet, que abordou o tema "O devido Processo Legal na relação de emprego". Ele também fez um apanhado histórico, referindo decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos que passaram a ter força de lei, como o processo eleitoral e alguns direitos civis. Citou ainda um exemplo do Brasil, com a proibição do fumo em locais fechados, que gerou um processo no Supremo Tribunal Federal.

Depois foi a vez do advogado Mauro Menezes abordar o tema: "Repercussão Geral do STF sobre Terceirização: Análise e Perspectivas". A mesa foi presidida pela juíza Clarissa Magaldi. O palestrante destacou o papel essencial do juiz na contenção dos abusos do poder econômico, em especial de empresas que terceirizam seus serviços e não obedecem a lei. "Os acidentes de trabalho ocorrem com maior frequência entre empregados terceirizados", afirmou o advogado.

A última palestra do dia foi proferida pela advogada e professora da Unifacs Fernanda Carvalho Leão Barreto e teve como presidente da mesa o juiz Júlio César Massa Oliveira. Abordando o tema "Autonomia Privada nas Relações de Emprego", a palestrante fez um apanhado histórico das principais revoluções liberais no Ocidente para mostrar o quanto o Direito Civil passou a ter seu arcabouço jurídico modificado pela sociedade. "Com a Constituição, o Brasil experimentou uma ampliação no conceito de autonomia privada", disse a professora, lembrando que questões como a gestação de útero alheio e a cessão de direitos da personalidade passaram a fazer parte desse contexto.

PESQUISA MOSTRA PREJUÍZOS DA TERCEIRIZAÇÃO PARA O TRABALHADOR

Em 1985 o sistema bancário em São Paulo tinha 800 mil trabalhadores diretamente contratados e 200 mil terceirizados. Hoje a situação se inverteu, com mais de 1,2 milhão de terceirizados e cerca de 500 mil trabalhadores atuando diretamente no setor. Esses números, frutos de uma pesquisa, foram apresentados pelo economista **Márcio Pochmann** durante o segundo dia do COMAT.

O economista iniciou sua palestra fazendo um apanhado histórico do mundo do trabalho, remontando à divisão social das atividades laborais, passando pela expectativa de vida da mão de obra até o surgimento dos sindicatos. Depois ele abordou a questão da terceirização, mostrando, por exemplo, que apenas 20% desses trabalhadores buscam um sindicato para lutar pelos seus direitos. Além disso, é uma categoria que leva mais tempo para se aposentar, pois as diversas interrupções no contrato de trabalho geram intervalos de contribuição à Previdência Social.

A palestra do economista foi bastante aplaudida e elogiada pelo público. Foi o caso da estudante de Direito Natália Oliveira, que cursa o 4º semestre na Unifacs. Ela conta que uma das áreas que pretende se aprofundar no curso é a Trabalhista e que o evento está servindo para aumentar seu conhecimento na área.

O Comat foi aberto pelo juiz Luciano Athayde Chaves, do TRT/RN, que falou sobre "Como Utilizar o Processo Eletrônico na Execução". Ele abordou, entre outros temas, a questão do congestionamento na execução dos processos trabalhistas. Participou da presidência do painel a juíza Dorotéia Azevedo.

Depois foi a vez da palestra do ministro TST Alexandre Agra Belmonte, que falou sobre "Critérios Objetivos de Fixação de Dano Moral", tendo como presidente do painel o juiz Agenor Calazans.

Na sequência, outro ministro do TST, Walmir Oliveira da Costa, abordou o tema "A Indenização do Dano Moral à Luz da Jurisprudência do TST", tendo como presidente do painel a juíza Débora Machado.

"Aspectos Práticos Polêmicos do PJE após a sua Implantação" foi o tema da palestra do ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que mostrou aspectos práticos do processo judicial eletrônico, avanços e dificuldades.

Na parte da tarde, além da palestra de Márcio Pochmann, teve uma apresentação bastante animada do juiz federal e professor Marcus Orione Gonçalves sobre "Garantias dos Direitos Fundamentais: Superação de Lacunas Legislativas por Interpretação jurisdicional".

Na sequência, o desembargador do TRT/MA, James Magno Araújo Farias, tratou do tema "Magistratura, Sociedade e Mídia na Pós-Modernidade", tendo na presidência do painel o juiz George Almeida.

A última palestra teve como presidente do painel a juíza Andréa Presas, presidente da Amatra5. Coube ao ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho encerrar a programação, abordando o tema "Ultratividade das Normas Coletivas".

Ao final, a juíza Andréa Presas agradeceu a comissão organizadora do evento, particularmente a diretoria cultural Silvia Isabelle. Destacou também o trabalho de toda a diretoria e equipe da Amatra5 pelo sucesso do evento.

TEMAS INTERESSANTES

Achei as palestras muito interessantes, sobretudo a que tratou do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e também a que abordou a fixação de pena para o dano moral

Thiago Almeida, Bacharel em Direito e servidor da Justiça do Trabalho

ELOGIOS À ORGANIZAÇÃO

O pessoal da organização está de parabéns. Algumas palestras me cativaram, como a da professora Fernanda Barreto sobre autonomia privada nas relações de emprego

Natália Machado Oliveira, estudante de Direito da Unifacs

NÍVEL DOS PALESTRANTES

Gostei muito do Congresso e do nível das palestras. Tudo muito organizado. Estou no 5º semestre e o evento clareou muitas coisas sobre minhas opções de carreira

Graziane Lima, estudante de Direito da Unirb

CULTURA

Amatra5

Sistema operacional **apaixonante**

É possível o homem se apaixonar por um programa de computador? Esse é o dilema proposto pelo cineasta Spike Jonze no filme "Ela", estrelado por Joaquin Phoenix (do filme Gladiador). Na trama, o protagonista Theodore se apaixona por um sistema operacional inteligente e com a voz sensual de Scarlett Johansson. Esse filme de ficção discute questões contemporâneas, como a solidão nas grandes cidades e a fixação do homem pelos computadores e dispositivos móveis conectados à internet. O roteiro mostra um sistema que não só tem acesso a todo o histórico de e-mails e navegação do protagonista, mas pode interagir e aprender com ele. O filme questiona, de forma lúdica, a possibilidade de amor entre um homem e um sistema operacional, A resposta não é fácil, sobretudo quando assistimos as pessoas cada vez mais conectadas virtualmente e menos entre si.

Um lobo no mundo dos negócios

Um filme forte, com humor e reviravoltas. Assim é o "O Lobo de Wall Street (The Wolf of Wall Street)", estrelado por Leonardo DiCaprio, num dos melhores papéis de sua carreira. Dirigido por Martin Scorsese, o filme conta a história real do ex-corretor da Bolsa de Nova York, Jordan Belfort, que fez fortuna nos anos 1990 explorando a fugacidade do mercado financeiro, movimentando fortunas nem sempre de forma ática e responsável. O filme é longo, com cerca de 3 horas, nas quais o espectador se depara com cenas de consumo de drogas, bebida em excesso e muito luxo, além de todo tipo de fantasia. A obstinação do protagonista em ficar rico e seu empreendedorismo chamam a atenção, além de sua capacidade de multiplicar dinheiro. A direção é frenética e tem cenas surpreendentes, como as orgias e festas que eram feitas no próprio escritório de Belfort. Em alguns momentos a atuação de DiCaprio lembra seu personagem em "O Aviador", com suas crises megalomaníacas e excêntricas. Um filme marcante e que vale a pena conferir.

Um show com muitas **novidades**

Um show com músicas nunca antes registradas ao vivo e com projeções gigantes de obras de artistas famosos são os ingredientes principais do novo DVD e Bluray da cantora Marisa Monte: "Verdade uma ilusão". O show faz parte da turnê com a qual viajou ao longo de 2012 e 2013, em espetáculo dirigido por Claudio Torres (Conspiração Filmes). "Diariamente", uma das músicas mais longas da artista, ganha um visual todo especial, assim como "Ainda bem", "E.C.T." e "Sono come tu mi vuoi". É um show com altos e baixos, mas que vale a pena pela trajetória musical da artista.

Música clássica e poesia no Entardecer Cultural

Orquestra Sinfônica da Bahia executou peças de Vivaldi, arrancando aplausos da plateia

A desembargadora Ana Lúcia Bezerra, as juízas Andréa Presas e Renata Gaudenzi e o Secretário Nilton Vasconcelos.

Uma bela apresentação da Orquestra Sinfônica da Bahia, com direito a aula sobre como se comportar durante um espetáculo de música clássica, foi o grande diferencial deste ano do Entardecer Cultural, que teve ainda um sarau de poesia e uma homenagem a três personalidades que se destacaram em 2014. O evento foi realizado no dia 3 de outubro, no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), no Corredor da Vitória.

O Entardecer Cultural começou com o público sendo convidado pelo maestro Carlos Prazeres a voltar no tempo e vivenciar o clima barroco que existia em Veneza (Itália) na época de Vivaldi. A orquestra executou algumas peças do músico italiano, entre elas a "Primavera", arrancando aplausos da plateia.

Durante a apresentação, o maestro falou sobre alguns mitos da música clássica, como, por exemplo, o ato de aplaudir entre um movimento e outro. Ele não vê problema nisso, desde que as pessoas façam silêncio durante a apresentação. Disse ainda que pretende tornar a música clássica mais acessível, levando a orquestra para lugares não tradicionais.

Medalhas do Mérito Judiciário

A presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, anunciou os homenageados com a Comenda Fátima Stern do Mérito Judiciário. Primeiro ela chamou a desembargadora Ana Lúcia Bezerra, ex-presidente do TRT5. Em seu discurso, Dra. Andréa Presas destacou as realizações da magistrada, lembrando que ela foi a primeira a ter uma juíza auxiliar na presidência do TRT5, além de ter implantado a Central de Execuções. "Ela sempre abraçou o trabalho como uma extensão de sua família".

A segunda homenageada foi a juíza Renata Sampaio Gaudenzi, diretora de Assuntos Legislativos da Amatra5. A presidente da Amatra5 destacou

Fotos: Antônio Carlos Souto

> *Jamais se esquiva, aceitando de forma incansável e eficiente todos os encargos que lhe são transferidos na defesa dos nossos interesses*

que o empenho da magistrada em atuar no movimento associativo, já estando no terceiro mandato como diretora. "Jamais se esquiva, aceitando de forma incansável e eficiente todos os encargos que lhe são transferidos na defesa dos nossos interesses".

A última homenagem foi uma medalha especial conferida ao Secretário Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (Setre), Nilton Vasconcelos, pelo apoio que tem dado às ações da Amatra5, ao Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), envolvendo a promoção do trabalho decente e o combate à erradicação do trabalho infantil. Ao final, a presidente da Amatra5 elogiou o trabalho da diretora Cultural, Silvia Teixeira, e da diretora Social, Ligia Mello, pela beleza e organização do evento. Depois a programação abriu espaço para a poesia. Primeiro foi o desembargador aposentado e ex-presidente da Amatra5, Dr. Raymundo Pinto, declamar uma poesia de Carlos Drummond de Andrade. Na sequência, a juíza Rosemeire Fernandes declamou um poema de sua autoria sobre Itapetinga, cidade onde atua e, por fim, a juíza **Graça Varela** recitou um soneto de Luís de Camões. O evento, uma realização da Amatra5, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e apoio do MPT, contou ainda com a presença do presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, e do procurador-chefe do MPT, Alberto Balazeiro.

Programa TJC leva noções de cidadania para estudantes de Feira de Santana

Encerramento contou com a presença do prefeito José Ronaldo

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) em Feira de Santana cumpriu bem seu objetivo de levar noções de Direito do Trabalho e cidadania para jovens de escolas públicas. Após vários encontros com professores e alunos o TJC foi encerrado com chave de ouro, no dia 6 de junho, na Fundação Senhor dos Passos. Durante o evento, que contou com a presença do prefeito José Ronaldo, alunos de cinco escolas da rede pública de ensino apresentaram trabalhos feitos a partir dos conteúdos transmitidos em sala de aula sobre o TJC.

Participaram da mesa de abertura, além do prefeito, a juíza do Trabalho Dorotéia Silva de Azevedo Mota, coordenadora do TJC; a juíza Rosemeire Fernandes, titular de Itapetinga e representante nacional do TJC; a secretária de Educação municipal, Jaiana Bastos; e Maurício Brito, promotor do Ministério Público do Trabalho. A juíza Mônica Sapucaia e advogados da cidade também participaram da solenidade.

Quem abriu o evento foram alunos da Escola Ana Brandoa, que apresentaram o tema "Direitos e Deveres do Trabalhador na Copa". Um dos refrões da música arrancou aplausos do público: "A exploração infantil um dia vai acabar/Gol para a escola e a educação".

Depois o prefeito contou várias histórias de superação de crianças que conheceu pela vida. Ele próprio começou a trabalhar com 12 anos. "Hoje, graças a essa bela iniciativa dos juízes do Trabalho, essa realidade está mudando", disse o prefeito.

Já a juíza Dorotéia Azevedo agradeceu o apoio da prefeitura e da Secretaria de Educação para o sucesso do TJC em Feira. "Graças ao engajamento dos professores e alunos teremos cidadãos mais preparados para enfrentar a vida", disse.

A juíza Rosemeire lembrou que o TJC permite que os juízes enxerguem além do que está nos processos, que saiam dos gabinetes para vivenciar a realidade.

Ao final, o chefe da divisão de Ensino Fundamental de Feira de Santana, professor Gilvan Torres Filho, prestou umahomenagem às juízas Dorotéia Azevedo, Rosemeire Fernandes e Mônica Sapucaia, oferecendo flores e uma placa pelo apoio da Amatra5 e do TJC ao programa em Feira de Santana.

Fotos: Adelmo Borges

Aula de cidadania

Para a professora e diretora do Centro Integrado de Educação Municipal Joselito Falcão de Amorim, Marta da Graça Lima, o TJC foi muito feliz ao levar esses conteúdos sobre cidadania e direitos dos trabalhadores para as escolas. "Eu já percebo a mudança nos alunos, que reivindicam seus direitos de forma mais consistente e fundamentada", disse a diretora.

O estudante Varlei Marques, de 13 anos, da Escola Clóvis Ramos, destacou a importância do TJC na consciência crítica dos alunos. "Aprendi que lugar de criança é na escola e não trabalhando", disse. Varlei assistiu os colegas e vibrou com as apresentações, que incluiu uma paródia com a música "Lepo Lepo", um jogral e uma peça retratando uma situação de exploração infantil.

Essa maior consciência dos alunos se manifestou concretamente em março, durante um dos encontros de Tira Dúvidas. Crianças e adolescentes das escolas municipais do Centro de Educação Básica da UEFS e Dr. Clóvis Ramos Lima deram um exemplo de cidadania fazendo uma manifestação pacífica pela volta da merenda e dos livros, que estavam faltando na escola.

Com cartazes e palavras de ordem, elas reivindicavam seus direitos. Durante a palestra, a merenda chegou e já tinha uma representante da prefeitura realizando a contagem dos livros que estavam faltando. Para a juíza Dorotéia Azevedo, o fato é de extrema importância, pois mostra "como os estudantes estão se descobrindo cidadãos que lutam por seus direitos, de maneira pacífica, porém firme", diz ela, completando que atos desse tipo são a própria essência do TJC.

O TJC em Feira de Santana contou com o apoio da Amatra5 e TRT5, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

> *"Eu já percebo a mudança nos alunos, que reivindicam seus direitos de forma mais consistente"*

Na pg 21 substitua a foto menor (de baixo) pela foto2 (em anexo)

Alunos elogiam curso **promovido pela Ematra5**

Pós com preparatório para concurso vai até 2015

O curso de Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho com preparatório para a Magistratura do Trabalho está levando conhecimento prático e teórico para cerca de 30 alunos. As aulas acontecem todos os sábados no colégio Análise, em Salvador, com a presença de professores universitários e juízes do Trabalho com experiência acadêmica.

As aulas começaram no dia 5 de julho e participaram a presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, e o vice, juiz George Almeida, que deram as boas vindas aos alunos, apresentaram o professor do primeiro módulo, Gabriel Dias Marques da Cruz, e deram alguns informes sobre o curso.

Na opinião de Luis Madeira, advogado e professor universitário, o curso está muito bom e produtivo. Ele conta que já possui mestrado e especialização e está cursando agora um doutorado na área jurídica. "Quero fazer concurso para juiz do Trabalho e o curso está sendo muito útil", diz o advogado, acentuando que os professores indicam sites atualizados e autores interessantes de livros para concurso.

Outra que está gostando do curso é a advogada Vanucsia Chaya. Seu objetivo maior é a pós-graduação, pois já recebeu convite para ensinar em faculdade.

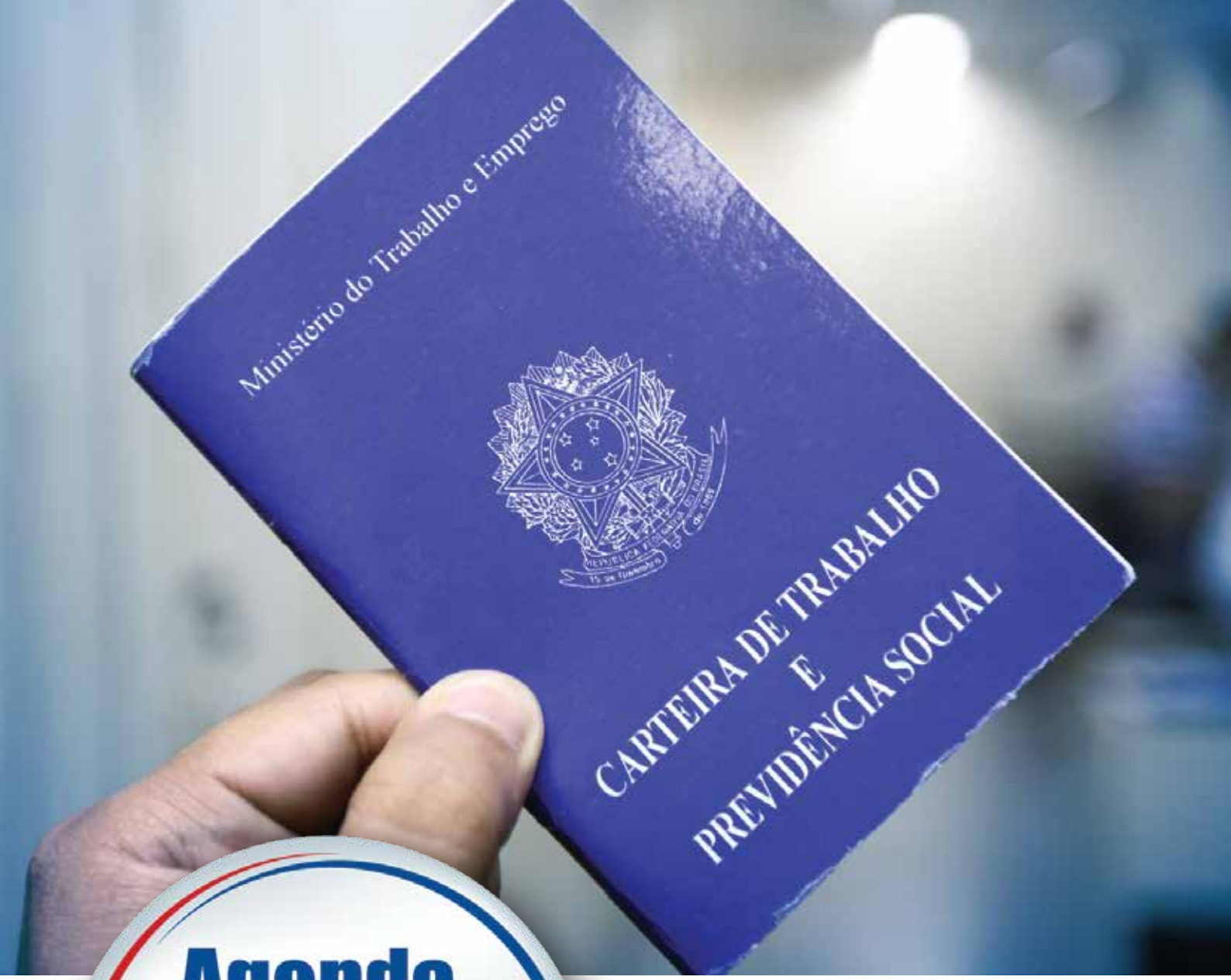
Já o advogado Marlen Fernandes Urbano tem interesse tanto na pós como na preparação para concurso. "Não fiz outros cursos porque queria exatamente esse, que tem os dois focos", diz Marlen, que elogia o nível dos professores e o conteúdo que vem sendo repassado. "O próprio ambiente de sala de aula favorece uma melhor aprendizagem, pois tenho acesso a outras experiências e conteúdos não só dos professores, mas também dos colegas".

O curso, uma realização da Ematra 5 (Escola dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região) e Unigrad, vai até o dia 27 de junho de 2015.

> *"Não fiz outros cursos porque queria exatamente esse, que tem os dois focos"*

Professor e juiz Luciano Martinez durante uma das aulas do curso

Fotos: Adelmo Borges



Agenda Bahia do Trabalho Decente

Trabalho Decente

É uma ocupação produtiva adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

PARCEIROS:

Secretarias do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; da Administração; de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; de Educação; de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; da Indústria, Comercio e Mineração; do Planejamento; de Promoção da Igualdade; da Saúde; de Politicas para as Mulheres; e do Meio Ambiente.

Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda | Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Central Única dos Trabalhadores | Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil | Força Sindical | União Geral dos Trabalhadores | Federação das Indústrias do Estado da Bahia | Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia | Federação do Comércio do Estado da Bahia | Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia | Assembleia Legislativa do Estado | Tribunal de Justiça do Estado da Bahia | Ministério Público do Trabalho | Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (AMATRA5) | Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) | Conselho Regional de Engenheira e Agronomia (Crea) | Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Bahia.

PROGRAMA CAIXA MELHOR CRÉDITO PRA VOCÊ

VOCÊ ACREDITA QUE COM UM POUQUINHO A MAIS CONSEGUE TROCAR O SEU CARRO?

Você acredita que pode mais. A CAIXA acredita com você.

- Até 60 meses para pagar o seu carro.
- Até 48 meses para pagar a sua moto.
- Sem cobrança de tarifas adicionais.
- Taxas imperdíveis.
- Possibilidade de adiar o pagamento de uma prestação por ano.

Acesse **www.caixa.gov.br**, faça uma simulação e compare a prestação. Quem compara fica com a CAIXA.

CRÉDITO AUTO CAIXA

CARROS E MOTOS, NOVOS OU USADOS

Crédito sujeito a avaliação cadastral. Prazo conforme relacionamento, cota e característica do veículo. Condições sujeitas a alteração sem prévio aviso.

SAC **0800 726 0101** (informações, sugestões ou elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala **0800 726 2492**
Ouvidoria **0800 725 7474** (denúncias e reclamações não solucionadas)
caixa.gov.br
facebook.com/caixa – twitter.com/caixa

CAIXA
A vida pede mais que um banco